CERTIFICADO POSITIVO COM EFEITO NEGATIVO

N.º 989227 -161502

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 01.005.727/0001-24
NOME: Aparecida de Goiânia
UF: GO

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA/MPS Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO OBTEVE DECISÃO JUDICIAL DETERMINANDO À UNIÃO A) A SUSPENSÃO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA: AI) QUE TENHA COMO BASE DE CÁLCULO O REPASSE DOS BENEFÍCIOS DO AUXÍLIO-DOENÇA E SALÁRIO-MATERNIDADE, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/2010 A 03/2012; A2) REFERENTE ÀS PARCELAS 06 A 32 DO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO N. 1.636/2013, MATERIALIZADAS PELO PAP N. 088/2016; B) SEJA FORNECIDA AO AUTOR CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP (CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA), EM RAZÃO DA SUSPENSÃO PREVISTA NA LETRA "A" DESTA DETERMINAÇÃO, SALVO SE OUTRO DÉBITO NÃO OBJETO DE MEDIDA LIMINAR JUDICIALMENTE DEFERIDA IMPEÇA A EXPEDIÇÃO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO POR CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CÓDIGO PENAL), BEM COMO MULTA NO VALOR DE R$10.000,00.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTES CASOS:

I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ORGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br, POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRTAIVA .

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EMITIDO.

EMITIDO EM 29/12/2017.

VÁLIDO ATÉ 27/6/2018 .